



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Câmara Municipal de Cariré, 35.049.345/0001-14



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Maria Auxiliadora Rosa Manso



Problema Resumido

A Câmara Municipal de Cariré enfrenta a carência de suporte jurídico adequado, resultando em dificuldades para garantir conformidade legal e efetividade nas suas ações administrativas e legislativas.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Câmara Municipal de Cariré enfrenta uma carência significativa de suporte jurídico adequado, o que tem gerado desafios na concretização de suas funções administrativas e legislativas. Esta deficiência manifesta-se em diversas áreas, como a elaboração de pareceres legais, a análise de projetos de lei, a condução de processos disciplinares e a orientação em questões relacionadas à transparência e responsabilidade fiscal. A ausência de um suporte jurídico robusto compromete a capacidade da Câmara em agir de forma proativa e conforme os ditames legais, resultando em ineficácia e riscos de irregularidades.

Não obstante a complexidade do ordenamento jurídico brasileiro, as demandas específicas da Câmara Municipal requerem assessoria especializada que possa garantir a conformidade legal das ações implementadas. Tal situação demanda uma abordagem rigorosa e sistemática para assegurar que todas as deliberações e esquemas de governança estejam em consonância com a legislação vigente e os princípios administrativos. Assim, a falta de apoio jurídico pode limitar a capacidade da Câmara de exercer suas competências de maneira adequada e eficiente.



O atendimento a esta necessidade é relevante sob a ótica do interesse público, pois a legalidade e a efetividade das ações da Câmara impactam diretamente na qualidade da entrega dos serviços públicos à população. Quando a atuação legislativa e administrativa se mostra limitada por deficiências jurídicas, comprometem-se não apenas as iniciativas locais, mas também a confiança da sociedade nas instituições públicas. Portanto, a adequação do suporte jurídico é essencial para garantir a transparência, a responsabilidade e a integridade nas decisões tomadas pela Câmara Municipal de Cariré, promovendo, assim, um ambiente mais seguro e confiável para todos os cidadãos.



REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A contratação de suporte jurídico para a Câmara Municipal de Cariré é essencial para garantir a conformidade legal e a efetividade nas ações administrativas e legislativas. A seguir, são elencados os requisitos que a solução contratada deverá atender:

1. Disponibilidade de equipe técnica composta por advogados com experiência comprovada em direito administrativo e direito público, com pelo menos três anos de atuação na área.
2. Prestação de serviços que inclua consultoria jurídica contínua, com atendimento presencial e remoto, garantindo respostas às demandas em até 48 horas.
3. Elaboração e revisão de projetos de lei, pareceres jurídicos e atos administrativos, assegurando que estejam em conformidade com a legislação vigente.
4. Capacitação periódica dos servidores da Câmara Municipal em temas jurídicos relevantes, com carga horária mínima de 16 horas anuais.
5. Garantia de acompanhamento das atividades legislativas e administrativas da Câmara, incluindo a elaboração de relatórios trimestrais sobre as principais questões jurídicas enfrentadas.
6. Disponibilidade de acesso a sistema eletrônico de gestão de processos jurídicos, permitindo o controle de prazos, andamentos e arquivamento de documentos.
7. Suporte jurídico em casos de contencioso administrativo, com acompanhamento e defesa da Câmara em eventuais processos judiciais atuando como representantes legais.
8. Comprovação de experiência anterior em prestação de serviços semelhantes para câmaras municipais ou órgãos públicos.
9. Compromisso com a ética profissional, assegurando que não haja conflito de interesse durante a execução do contrato.
10. Garantia de sigilo e confidencialidade das informações tratadas, conforme diretrizes da Lei Geral



de Proteção de Dados (Lei 13.709/18).

Esses requisitos são fundamentais para assegurar que a futura contratação atenda integralmente às necessidades da Câmara Municipal de Cariré, proporcionando um suporte jurídico adequado e efetivo.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Solução 1: Contratação de escritório de advocacia

Vantagens:

- Expertise legal especializada em diversas áreas, garantindo assessoria jurídica de qualidade.
- Acesso a uma equipe de profissionais qualificados e atualizados com as últimas mudanças legislativas.
- Flexibilidade na contratação conforme a demanda, pagando apenas quando os serviços são utilizados.
- Possibilidade de termos de confidencialidade e segurança nas informações.

Desvantagens:

- Custo elevado, especialmente para pequenos municípios, que pode comprometer o orçamento da Câmara.
- Dependência de terceiros, o que pode resultar em atrasos dependendo da agenda do escritório.
- Menor controle sobre a abordagem e estratégias adotadas em casos específicos.
- Risco de não alinhamento à cultura e políticas internas da Câmara.

Solução 2: Criação de um departamento jurídico próprio

Vantagens:

- Autonomia total para as ações legais da Câmara, permitindo maior controle sobre os processos e decisões.
- A equipe ficará imersa no contexto local, entendendo melhor as necessidades e especificidades da Câmara.
- Potencial para redução de custos em longo prazo, após a estruturação inicial.
- Possibilidade de implementação de programas de capacitação contínua para os servidores.

Desvantagens:

- Custo inicial alto para contratação e treinamento de pessoal, além de infraestrutura necessária.
- Tempo de implementação significativo até que a equipe esteja completamente formada e operacional.
- Dificuldade em manter a equipe atualizada devido a mudanças constantes na legislação.
- Limitação de especialização nas diversas áreas do direito, caso a equipe seja reduzida.

Solução 3: Consórcio público com outras câmaras municipais



Vantagens:

- Compartilhamento de custos entre os participantes, tornando a operação mais econômica.
- Formação de um banco de dados comum e troca de experiências jurídica entre os municípios envolvidos.
- Possibilidade de captar recursos e expertise que, em um município pequeno, seriam inviáveis individualmente.
- Maior capacidade de atuar em áreas específicas ao reunir talentos e conhecimentos.

Desvantagens:

- Complexidade na gestão do consórcio pode gerar dificuldades de alinhamento entre as diferentes câmaras.
- Menor agilidade na tomada de decisões, devido à necessidade de concordância de múltiplos entes.
- Risco de conflitos entre interesses das distintas câmaras, prejudicando a atuação conjunta.
- Dependência de aprovação orçamentária e administrativa das demais câmaras, o que pode alongar prazos.

Solução 4: Consultoria jurídica temporária

Vantagens:

- Custo mais acessível em comparação à contratação de um escritório permanente ou equipe própria.
- Possibilidade de contratar serviços especializados para demandas pontuais sem compromissos de longo prazo.
- Flexibilidade para ajustar o escopo do serviço às necessidades específicas da Câmara em determinados períodos.
- Implementação rápida, já que a consultoria pode ser contratada conforme a urgência das demandas.

Desvantagens:

- Foco limitado na resolução de problemas, sem comprometimento constante com a continuidade dos serviços.
- Risco de perda de conhecimento institucional por não ter uma equipe diretamente ligada à Câmara.
- Dependência do calendário e disponibilidade do consultor.
- Possível descompasso entre a consultoria e as necessidades em tempo real da Câmara, uma vez que o suporte é intermitente.

Análise comparativa:

- Custo: A contratação de escritório de advocacia e a criação de um departamento jurídico têm custos altos, enquanto o consórcio e a consultoria temporária apresentam soluções mais econômicas.
- Qualidade: A contratação de um escritório com expertise tende a fornecer a melhor qualidade; contudo, um departamento jurídico interno pode garantir um serviço adaptado às particularidades locais.
- Flexibilidade: A consultoria temporária é a mais flexível, seguida pela contratação de escritórios que permitem ajuste na demanda; o consórcio e o departamento têm menos flexibilidade.
- Adaptabilidade: A criação de um departamento jurídico poderá oferecer maior adaptabilidade às



necessidades da Câmara ao longo do tempo, embora requeira maior tempo de implementação.

- Suporte: Escritórios de advocacia e departamentos próprios proporcionam suporte consistente e especializado; enquanto, a consultoria é intermitente e menos disponível.
- Tempo de implementação: A consultoria e o escritório podem ser implementados rapidamente, enquanto a formação de um departamento jurídico exige tempo significativo.

A escolha da solução ideal deve considerar uma análise equilibrada entre custo, qualidade e adequação ao contexto da Câmara Municipal de Cariré, visando garantir conformidade legal e efetividade nas suas ações administrativas e legislativas.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha pela contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para a Câmara Municipal de Cariré se justifica principalmente pela complexidade do ambiente legislativo e administrativo que a instituição enfrenta. A prestação de serviços jurídicos especializados é essencial para garantir que as ações da Câmara estejam em conformidade com a legislação vigente, minimizando assim riscos legais e possibilitando uma gestão pública mais eficiente e transparente.

Do ponto de vista técnico, a solução proposta permitirá acesso a uma equipe de profissionais especializados em diversas áreas do direito, abrangendo tanto questões administrativas quanto legislativas. Essa especialização assegura que as demandas serão atendidas de forma ágil e precisa, evitando interpretações equivocadas que poderiam levar a processos judiciais desnecessários ou à adoção de medidas inadequadas. Além disso, a assessoria e consultoria jurídica garantem compatibilidade com as normativas locais e nacionais, proporcionando uma base sólida para a atuação da Câmara.

Em termos operacionais, a contratação de uma assessoria externa oferece flexibilidade e escalabilidade. Isso significa que a Câmara poderá contar com suporte jurídico conforme sua necessidade, sem os custos fixos associados à manutenção de um corpo jurídico interno. O acompanhamento contínuo por profissionais experientes possibilita a atualização constante sobre novas legislações e jurisprudências, assegurando que os servidores públicos e parlamentares tenham sempre acesso às informações mais recentes e relevantes. Esse modelo também reduz a necessidade de capacitação interna frequente, permitindo que os servidores foquem na execução de suas atividades principais.

Economicamente, a solução apresenta um claro custo-benefício. Embora possa haver um investimento inicial significativo na contratação dos serviços, a prevenção de litígios e a correta condução das ações administrativas podem resultar em economia substancial a longo prazo. O retorno esperado se manifesta na redução de multas, indenizações e outras penalidades associadas a falhas na conformidade legal. Além disso, o fortalecimento da assessoria jurídica resulta em processos mais eficientes, otimização do tempo da equipe interna, e melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, gerando um impacto positivo na imagem da Câmara.

Por último, a solução proposta está adequadamente alinhada ao interesse público. Uma Câmara



Municipal bem assessorada juridicamente não apenas cumpre suas obrigações legais, mas também age de forma proativa em prol da transparência e da responsabilidade pública. A efetividade das ações legislativas e administrativas se reflete no fortalecimento da confiança da população nas instituições públicas, promovendo uma governança mais sólida e respeitável. Assim, a contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica é uma decisão estratégica que atende às necessidades da Câmara Municipal de Cariré e que constitui um passo importante rumo à excelência na gestão pública.



QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

| Lote 01 | | | | | |
|-------------|--|---------|--------|--------------|---------------|
| Item | Descrição | Unidade | Quant. | R\$ Unid. | R\$ Total |
| 1 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA | MÊS | 12,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 60.000,00 |
| Valor Total | | | | | R\$ 60.000,00 |



PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica para a Câmara Municipal de Cariré não será parcelada, uma vez que a natureza da demanda requer um atendimento contínuo e integral. O suporte jurídico adequado é fundamental para garantir a conformidade legal e a efetividade nas ações administrativas e legislativas da câmara. A fragmentação do serviço em múltiplas contratações poderia comprometer a coesão e a consistência das orientações jurídicas oferecidas, o que prejudicaria a qualidade do atendimento.

Além disso, o parcelamento dos serviços pode gerar lacunas no suporte, especialmente em períodos críticos onde decisões rápidas são necessárias. Um serviço juridicamente fracionado poderia resultar em descontinuidade na assessoria, dificultando o cumprimento de prazos e a implementação de estratégias adequadas para atender às demandas institucionais. Ao centralizar a contratação em um único processo, asseguramos a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços, fundamentais para a resolução dos problemas enfrentados pela câmara.

Por fim, ao optar pela contratação direta, a Câmara Municipal de Cariré maximiza a eficácia do uso dos recursos públicos, evitando a ineficiência que poderia advir de contratos fragmentados. Isso se traduz em um melhor atendimento ao interesse público, já que a solução adotada permite um acompanhamento mais próximo e integrado das questões jurídicas, com uma compreensão abrangente das necessidades específicas da instituição. Assim, a escolha por uma contratação única reflete um entendimento pragmático das exigências e desafios legais enfrentados no dia a dia da câmara.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de suporte jurídico adequado para a Câmara Municipal de Cariré visa, fundamentalmente, garantir a conformidade legal e a efetividade nas ações administrativas e legislativas. Em termos de economicidade, a solução escolhida proporciona um custo-benefício significativo. A economia gerada com a prevenção de litígios e a redução de penalidades devido à falta de assessoria jurídica competente ultrapassa os custos da contratação. Além disso, o serviço especializado garante que as propostas e ações do legislativo estejam sempre em conformidade com a legislação vigente, evitando retrabalho e ajustes financeiros inesperados.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, a presença de uma equipe jurídica qualificada permite que os servidores públicos da Câmara se concentrem em suas atribuições principais, sem a necessidade de se desviarem para questões jurídicas complexas. Essa divisão de tarefas otimiza o tempo e a eficiência da equipe, promovendo um ambiente de trabalho mais produtivo. A consultoria externa também proporciona treinamentos e capacitações periódicas, elevando a competência técnica dos servidores e melhorando o desempenho geral do órgão.

Sobre os recursos materiais e financeiros, a contratação de serviços jurídicos adequados evita a utilização de recursos em processos judiciais e administrativos dispendiosos que resultam da falta de orientação. Com a assessoria correta, a Câmara Municipal terá maior controle sobre seus gastos e melhor alocação de recursos, potencializando o uso das verbas disponíveis. Isso reforça a importância de um planejamento financeiro alinhado com a assessoria jurídica, permitindo a execução eficaz de projetos e ações que beneficiem a comunidade local. Portanto, a solução proposta gera uma sinergia positiva entre a economicidade e a otimização dos recursos, assegurando um funcionamento mais eficiente da Câmara Municipal de Cariré.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a implementação da solução "Providências a Adotar" visando melhorar o suporte jurídico da Câmara Municipal de Cariré, é necessário considerar um conjunto de providências operacionais e estruturais que garantirão a eficácia do contrato e a conformidade legal nas ações administrativas e legislativas.

Primeiramente, deve ser feita uma avaliação detalhada das necessidades jurídicas específicas da Câmara Municipal. Essa análise permitirá identificar as áreas em que o suporte jurídico é mais crítico, como assessoramento na elaboração de projetos de lei, análise de contratos e orientações sobre compliance. Com base nessa avaliação, será possível planejar o volume e a especialização dos serviços jurídicos demandados.

Em seguida, recomenda-se a contratação de profissionais especializados através de um processo competitivo, garantindo a seleção de advogados ou escritórios de advocacia com experiência



comprovada na esfera pública, especialmente com atuação em câmaras municipais. É importante estabelecer critérios técnicos rigorosos para a habilitação dos proponentes, assegurando que a equipe contratada possua conhecimento específico nas matérias relevantes à câmara, como direito administrativo, tributário, e legislação municipal.

Uma outra providência essencial é a formalização de mecanismos de acompanhamento e supervisão dos serviços prestados. Isso pode incluir a definição clara de metas, indicadores de desempenho e periodicidade de relatórios, permitindo que a Administração tenha um controle efetivo sobre a qualidade do suporte jurídico oferecido. A gestão contínua do contrato será crucial para ajustar as demandas às capacidades da equipe jurídica.

Além disso, considerando o contexto específico da solução escolhida, é fundamental implementar um sistema de treinamento e capacitação dos servidores da Câmara que lidam com questões jurídicas. Esta capacitação deve focar em tópicos como gestão contratual e no entendimento das legislações pertinentes, melhorando a capacidade de fiscalização e gestão dos serviços contratados, sempre que houver complexidades que justifiquem esse investimento em formação.

Por último, recomenda-se a criação de um canal de comunicação entre a equipe jurídica contratada e os servidores da Câmara Municipal, promovendo uma integração que facilite a troca de informações e garanta que o suporte jurídico atenda prontamente às demandas apresentadas. Essa medida contribuirá para a agilidade e eficiência na condução dos assuntos legais, assegurando maior efetividade nas ações da Câmara.

Com essas providências, a Câmara Municipal de Cariré poderá avançar significativamente na melhoria do seu suporte jurídico, promovendo não apenas a conformidade legal, mas também a eficiência nas suas atividades legislativas e administrativas.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Na análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução de suporte jurídico adequado à Câmara Municipal de Cariré, conclui-se que, por ora, não há necessidade de realizar contratações adicionais antes da implementação da solução escolhida. A razão principal reside no fato de que o suporte jurídico requerido é autossuficiente e pode atender isoladamente às demandas administrativas e legislativas da câmara.

Embora existam áreas que poderiam ser consideradas para contratações correlatas, como serviços de manutenção predial ou adequações físicas das instalações da câmara, essas não apresentam uma dependência técnica ou operacional que justifique a sua execução antes da contratação do suporte jurídico. Essa necessidade se resume ao atendimento das demandas legais atuais, que não necessariamente requerem ajustes estruturais ou melhorias em infraestrutura.

Portanto, a análise indica que a contratação de suporte jurídico pode ser realizada de forma independente, sem a urgência de contratações adjacentes. Caso haja futuras demandas que exijam



modificações específicas, estas podem ser consideradas em um momento posterior, conforme as necessidades se apresentarem. Assim, neste estágio, a decisão é pela ausência de contratações correlatas e/ou interdependentes.



IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de suporte jurídico para a Câmara Municipal de Cariré pode gerar uma série de impactos ambientais diretos e indiretos, especialmente em áreas como o consumo de recursos, o descarte de materiais e a eficiência energética.

Um dos impactos mais relevantes é o aumento no consumo de papel e outros insumos utilizados na produção de documentos e justificativas legais. A prática de impressão em excesso pode resultar em desmatamento e descarte inadequado de papel. Para mitigar esse impacto, recomenda-se a implantação de um sistema de gestão documental digitalizado, reduzindo a necessidade de impressões físicas. Além disso, o uso de papel reciclado pode ser incentivado quando as impressões forem realmente necessárias.

Outro possível impacto decorre do uso de equipamentos eletrônicos, como computadores e impressoras, que geram consumo de energia elétrica. A adoção de tecnologias de baixo consumo energético, como equipamentos com selo Procel ou similares, contribuirá para a redução do consumo energético da Câmara. Medidas como a utilização de lâmpadas LED e a implementação de práticas de desligamento de equipamentos não utilizados podem ainda melhorar a eficiência energética no local.

No que tange ao gerenciamento de resíduos, a contratação de serviços jurídicos pode resultar em uma quantidade significativa de equipamentos e suprimentos que, ao final de sua vida útil, necessitarão de destinação adequada. A logística reversa deve ser implementada, envolvendo parcerias com empresas especializadas para a reciclagem de equipamentos obsoletos, como computadores e impressoras, bem como a destinação correta de papéis e plásticos gerados. A inclusão de cláusulas contratuais que exijam a responsabilidade ambiental dos fornecedores também é fundamental para promover essa prática.

Por fim, a sensibilização dos colaboradores e responsáveis pela tomada de decisão na Câmara Municipal sobre os impactos ambientais associados às suas atividades pode aumentar a eficácia das ações mitigadoras. Capacitações sobre práticas sustentáveis e conscientização sobre a importância da eficiência energética são essenciais para garantir que todos estejam alinhados com as diretrizes de proteção ambiental.

Essas medidas, quando implementadas, não só ajudam a reduzir os impactos ambientais decorrentes da solução adotada, mas também promovem um uso responsável dos recursos públicos, resultando em práticas administrativas mais sustentáveis para a Câmara Municipal de Cariré.



CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Cariré - CE, 06 de Janeiro de 2025.

Maria Auxiliadora Rosa Manso
Responsável Pelo Planejamento